



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

Editorial

Questões de Direito à Cidade

O Edital **Cidade, cidadania, território** propôs uma **reflexão sobre a arquitetura e urbanismo participativos**, a partir de teorias ou experiências que resultaram em mobilizações, e da produção de planos, projetos e/ou obras.

Abre-se o volume com o texto **Plano Diretor Municipal da Golegã: uma abordagem de base-local**, que relata uma experiência de projeto participativo em Portugal, cujo processo se desenvolveu entre 2013 e 2021. O artigo apresenta essa experiência também como disciplina e investigação científica, e traz um caso concreto de implementação desse processo, além de um enquadramento teórico e conceptual das políticas e mecanismos participativos. Designadamente, propõe uma metodologia que, de acordo com o autor, é denominada *inteligência estratégica*.

O artigo seguinte, **Imagine a Cidade: práxis plurais e a produção de lugares compartilhados**, aborda um caso de solidariedade social, focando, por sua vez, na ampliação de direitos e na execução de projeto como instância política. O trabalho relata a experiência colaborativa de projeto urbano no assentamento precário de Paraisópolis e a aposta no projeto como instrumento de transformação do território para a inovação social. O artigo também permite perceber o estágio de avanço da solidariedade social, no Brasil, uma vez que alerta para a questão das práticas democráticas participativas ainda em construção e, portanto, ainda carentes de aprofundamento teórico, desenvolvimento metodológico e elaboração empírica.

Quatro artigos discutem diretamente a questão de direito à cidade. Com a necessária inclusão de atores sociais ao projeto de cidades, o primeiro artigo, **Cidades Saudáveis: novos desafios para o planejamento urbano após 20 anos de Estatuto da Cidade**, propõe considerar a promoção da saúde como pauta integrante do planejamento urbano para uma cidade sustentável e saudável. O segundo **Valorização do Pensamento Pedestre**, coloca a mobilidade urbana no centro desse debate, com foco na prioridade do deslocamento a pé.

Garantir direitos aos cidadãos com deficiência, com a possibilidade de autonomia, conforto e segurança em seus deslocamentos físicos e/ou virtuais é a discussão central do texto **Barreira Pandêmica à Acessibilidade: do direito ao medo na cidade contemporânea**.



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

Em uma visão mais ampla sobre o espaço urbano, ainda sob o entendimento de reivindicação de uma cidade para todos, o trabalho **O Jardim como Espaço Terapêutico: seus benefícios e suas qualidades espaciais paisagísticas** explora a qualificação de áreas construídas e ajardinadas para tornarem-se ambientes restauradores e terapêuticos, tornando-as, assim, inerentes à qualidade do espaço.

O espaço público contemporâneo, como direito de todos os cidadãos, é a pauta de **Espaço Público e Parques Urbanos: a disputa pública pelo novo Parque Augusta**, o qual trata da dimensão humana no planejamento urbano com a participação da sociedade na reivindicação de novos espaços públicos.

Uma reflexão sobre a importância de enfoques da sociedade e do Estado, em relação ao desenvolvimento do espaço público, organiza a construção de uma linha do tempo que norteia estudo **São Paulo Centro – 150 anos de Projetos e Realizações: estudos sobre as dinâmicas de evolução de seus espaços públicos**, e que indaga que Centro de cidades que desejamos e para quem e para qual público queremos.

Já o artigo **O Terminal de Passageiros em Aeroportos Urbanos como “Terceiro Espaço”: o caráter local e público a partir de uma leitura ilustrada dos processos de transformação dos aeroportos de Congonhas e Santos Dumont** discute potenciais convergências de uso entre as instâncias pública e privada, através de um comparativo entre ambas obras arquitetônicas, entende-se, no tempo, seu potencial de urbanidade como um meio propício a certas formas de sociabilidade, propiciando o “viver junto”, o coabitar.

Os artigos e os projetos, que ora se publicam, explicitam a proposta de um diálogo de solidariedade social, ampliação de direitos e ação do projeto como instância política. Permitem, ainda, avançar nas questões a que nos propomos como profissionais e cidadãos: que cidade queremos habitar e experimentar? Como colaborar com projetos e raciocínios para cidades mais humanas e democráticas?

Maria Isabel Villac